ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2009/2010



Pelo presente instrumento, o SINDICATO DOS EMPREGADOS DOS CONSELHOS E ORDENS DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ESTADO DO PARANÁ, entidade sindical de Primeiro Grau, estabelecida na Rua Alferes Poli, 311 – Bloco B, Conjunto 1, CEP 80.230-090 nesta cidade, de um lado, por sua Presidente IZAURA DIAS DE OLIVEIRA, e, de outro lado, o CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA – 9ª REGIÃO – CRQ-IX, Autarquia Federal Especial, estabelecida na rua Monsenhor Celso, 225 – 5º e 6º andares, CEP 80.010 – 150, nesta cidade, por seu Presidente Prof. ALSEDO LEPREVOST, celebram ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA 1ª:

VIGÊNCIA, DATA-BASE E CORREÇÃO SALARIAL

O prazo de duração do Instrumento Normativo será de 12 meses a partir de 01.04.2009 e terminará em 31.03.2010.

CLAUSULA 2ª

CORREÇÃO SALARIAL:

Os salários dos integrantes da categoria profissional serão reajustados em 01/04/09 com base do INPC de fevereiro de 2009, acumulado nos últimos 12 meses, de 6,24% (seis virgula vinte e quatro por cento), aplicando-se reajuste proporcional aos empregados admitidos após esta data.

CLÁUSULA 3ª:

ENVELOPES DE PAGAMENTO

O pagamento de salário deverá ser feito mediante envelope ou comprovante, onde conste todas as verbas pagas e os descontos efetuados, inclusive manifestando o valor a ser depositado na conta vinculada ao FGTS.

CLÁUSULA 4ª:

PAGAMENTO DOS SALÁRIOS

Os salários serão pagos a todos os integrantes da categoria profissional até o dia 25 de cada mês. O pagamento fora da data estabelecida implicará em correção monetária na forma do artigo 459, cumulado com o artigo 833 da CLT.

CLÁUSULA 5°:

BANCO DE HORAS

O Conselho manterá o Banco de Horas que funcionará, conforme as normas especificadas, nos seguintes parágrafos.

PARAGRAFO PRIMEIRO – DA COMPENSAÇÃO E CONTROLE DAS

HORAS

- O Banco de horas terá por finalidade compensar as horas de trabalho excedentes ao horário contratual, limitadas a 25(vinte e cinco) horas mensais, cujo excedente será remunerado com incidência do percentual previsto na clausula 4ª do Acordo Coletivo:
- I Todas as horas que excedam os limites da carga horária contratual diária, serão registradas nos controles de horário respectivos e armazenadas em documento designado "Controle de Horas de Trabalho", sendo assegurado livre acesso do empregado ao documento.

K

II — A critério do empregado, as frações inferiores a 04(quatro) horas podem ser acumuladas para o próximo período aquisitivo, desde que haja anuência do empregador.

PARAGRAFO SEGUNDO – AVISO DE COMPENSAÇÃO – O Conselho terá de avisar o empregado dos dias em que será realizada a compensação com antecedência mínima de 48(quarenta e oito) horas, sob pena de não ter validade o lançamento em banco de horas. O empregado que desejar compensar dia/horas de serviço também deverá avisar o empregador com antecedência mínima de 48 horas, sob pena de ter a sua ausência como falta.

PARAGRAFO TERCEIRO - FECHAMENTO DOS CRÉDITOS E

<u>DÉBITOS</u>

 I – O fechamento dos créditos e débitos de horas de cada empregado será efetuado a cada 90(noventa) dias.

II – Na hipótese do empregado contar com crédito em horas de trabalho, no final do período, a empresa liquidará o saldo existente juntamente com o salário devido no mês do fechamento.

PARAGRAFO QUARTO – DEMONSTRATIVO DE CONTROLE DE HORAS DE TRABALHO

A empregadora se compromete a realizar um Controle de Horas de Trabalho para cada empregado, que conterá demonstrativo claro e preciso indicando minuciosamente os créditos e débitos de cada empregado.

HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DO RELÓGIO PONTO.

O relógio ponto ficará liberado nos seguintes horários :

- ☑ 07h55 às 08h05
- ☑ 08h25 às 08h35
- ☑ 08h55 às 09h05
- ☑ 11h30 às 11h35
- ☑ 11h55 às 12h05
- ☑ 12h55 às 13h05
- ☑ 13h25 às 13h35
- ☑ 14h00 às 14h05
- ☑ 17h00 às 17h05
- ☑ 18h00 às 18h05





O funcionário que tiver que registrar seu ponto em horário diferente da sua jornada, deverá solicitar ao responsável, que possuir o crachá "MESTRE" e que estará autorizado a preencher a OCORRÊNCIA FUNCIONAL (Anexo I), sua liberação.

2-) RESPONSABILIDADE SOBRE O CRACHÁ.

Cada funcionário é responsável pelo seu crachá. Em caso de perda será cobrado taxa de R\$ 10,00 pela emissão de um novo crachá.

Ao funcionário que esquecer de trazer seu crachá, será liberado a digitação do código funcional no Relógio Ponto, tal procedimento será liberado pelo crachá "MESTRE", e para este funcionário será preenchida a OCORRÊNCIA FUNCIONAL.

Quando da não existência da batida do cartão ponto pelo funcionário, será descontado do salário 01 (uma) hora por cada falta de batida.

O funcionário deverá sempre verificar no visor do relógio ponto se o número que aparece é o mesmo número do seu crachá.

O ponto só pode ser registrado pelo próprio funcionário. Caso outro funcionário venha a fazê-lo ambos receberão advertência.

3-) RESPONSÁVEIS PELO CRACHÁ MESTRE.

Funcionários:

Ana Lídia Gomes

Everton Claudio Dechatnek

Julio José de Oliveira

4-) BANCO DE HORAS.

O Banco de Horas foi aprovado em Termo Aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho 2005/2006 e funcionará da seguinte forma :

- O banco de horas terá controle mensal e será fechado trimestralmente.
- O número de horas mensais não poderá ultrapassar 25 para mais ou para menos.
- Os funcionários receberão mensalmente o demonstrativo do banco de horas.
- Ao final dos três meses o funcionário que tiver créditos pendentes, os receberá no salário em forma de hora-extra. Quem tiver débitos, serão descontadas as horas do salário.
- As horas excedentes poderão ser feitas somente com autorização/solicitação de funcionário Superior / Diretoria / Conselheiros.
- O funcionário deverá solicitar autorização para compensar seus créditos com 48 horas de antecedência. Caso contrário, seu não comparecimento ao trabalho, será considerado falta.

P

5-) PUNIÇÕES POR FALTA OU ATRASO.

FALTAS:

As faltas não justificadas serão descontadas diretamente do salário

ATRASO:

O prazo de tolerância será de cinco minutos, quando ultrapassado este limite, será descontado ½ hora do banco de horas por fração inferior a 30 minutos. Não pode haver saída antecipada ao final da jornada, caso ocorra, será descontado 1/2 hora do banco de horas.

Exemplo 1:

Funcionário: X

Jornada de Trabalho: 12h00 às 18h00

Horário de Entrada: 12h15 Horário de Saída: 18h00 Atraso: 15 minutos

Demonstrativo – Banco de Horas

Funcionário – X

(C)rédito : 01h00

(D)ébito: 00h30 Referente atraso de 00h15.

Saldo: 00h30 (C) - Tempo a ser Compensado ou HE*.

*HE: Hora-Extra (em caso de fechamento do trimestre)

Exemplo 2:

Funcionário: X

Jornada de Trabalho: 12h00 às 18h00

Horário de Entrada: 12h40 Horário de Saída: 18h00

Atraso: 40 minutos

Demonstrativo – Banco de Horas

Funcionário – X

(C)rédito : 00h30

(D)ébito: 00h40 Referente atraso de 00h40.

Saldo: 00h10 (D) - Tempo a ser reposto ou Descontado.

As dúvidas sobre o funcionamento do Banco de Horas poderão ser esclarecidas junto aos funcionários Ana Lídia Gomes, Everton Claudio Dechatnek e Julio José de Oliveira.

CLÁUSULA 6ª: VALE TRANSPORTE

O Vale Transporte será custeado pelo Conselho que reembolsará ao empregado as despesas efetuadas com o transporte para o local de trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO: O Auxílio Transporte não será:

- a) Incorporado ao salário, vencimento, remuneração, provento ou pensão;
- b) Caracterizado como salário-utilidade ou prestação salarial in-natura;
- c) Configurado como rendimento tributável e nem sofrerá incidência de contribuição para o Plano de Seguridade Social (INSS);
- d) Acumulável com outras espécies semelhantes de auxílio ou benefício

CLÁUSULA 21a:

REVERSÃO SALARIAL PROFISSIONAL

O Conselho se obriga a descontar de todos os integrantes da categoria o equivalente a 2% (DOIS POR CENTO) no mês de ABRIL de 2009.

PARÁGRAFO ÚNICO: O desconto de tal importância constitui responsabilidade do Conselho que deverá repassá-la ao sindicato profissional acompanhada de relação nominal contendo o nome do empregado, valor do salário nominal e do reajuste, e valor descontado até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao do desconto. O atraso imotivado no recolhimento das importâncias descontadas sujeitará o Conselho ao pagamento de multa de 20% (vinte por cento) sobre o total devido, além da atualização monetária correspondente e sanções aplicáveis.

CLÁUSULA 22ª:

HOMOLOGAÇÕES DE RESCISÕES

Fica o Conselho obrigado a homologar as rescisões de contrato de trabalho dos empregados desligados, diretamente no Sindicato da categoria profissional a partir de 90 (noventa) dias de trabalho, sendo certo, ainda, que as homologações dirão respeito, unicamente, aos valores ali consignados, não abrangendo as parcelas discriminadas.

CLÁUSULA 23°: PENALIDADE

Pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas constantes do presente instrumento, fica estabelecida multa equivalente a 2% (dois por cento) do salário normativo, em favor da parte prejudicada, por cláusula e por empregado.

Curitiba, 17 de março de 2009.

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA - CRÓ 9º REGIÃO

ALSEDO LEPREVOST

Presidente

SINDIFISC-PR SINDICATO DOS EMPREGADOS DOS CONSELHOS E ORDENS DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ESTADO DO PARANÁ.

> auru IZAURA DIAS DE OLIVÈIRA

Presidente

AO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

REQUERIMENTO DE REGISTRO DE ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

Nº DA SOLICITAÇÃO: MR010552/2009

SINDICATO DOS EMPREGADOS DOS CONSELHOS E ORDENS DE FISCALIZACAO DO EXERCICIO PROFISSIONAL DO ESTADO DO PARANA, CNPJ n. 81.914.368/0001-67, localizado (a) à Rua Alferes Poliaté 1514/1515, 311, bloco B cj. 03, Centro, Curitiba/PR, CEP 80.230-090, representado(a), neste ato, por seu Presidente, Sr(a). IZAURA DIAS MOREIRA, CPF n. 340.568.749-72, conforme deliberação da (s) Assembléia (s) da Categoria, realizada (s) em 28/11/2008 no município de Curitiba/PR;

Ε

CONSELHO REGIONAL DE QUIMICA DA 9A REGIAO, CNPJ n. 76.471.358/0001-64, localizado (a) à Rua Monsenhor Celso, 225, 5 e 6° andares, Centro, Curitiba/PR, CEP 80.010-150, representado(a), neste ato, por seu Presidente, Sr(a). ALSEDO LEPREVOST, CPF n. 000.089.909-72;

nos termos do disposto na Consolidação das Leis do Trabalho e na Instrução Normativa nº 06, de 2007, da Secretaria de Relações do Trabalho, reconhecem como válido e requerem o REGISTRO DO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO transmitido ao Ministério do Trabalho e Emprego, por meio do sistema MEDIADOR, sob o número MR010552/2009, na data de 27/03/2009, às 14:56:45.

Ceuritibe , 27 de março de 2009.

IZAURA DIAS MOREIRA

Presidente

SINDICATO DOS EMPREGADOS DOS CONSELHOS E ORDENS DE FISCALIZACAO DO EXERCICIO PROFISSIONAL DO ESTADO DO PARANA

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 9A REGIAO

NUDPRO/DRT-PR
46212.004214/2009-15
/ /2009

http://www.mte.gov.br/sistemas/mediador/Relatorios/RegistroAcordoColetivo_01.asp?NRReq... 27/03/2009

TERMO ADITIVO AO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

2009/2010

Pelo Presente instrumento, o SINDICATO DOS EMPREGADOS DOS CONSELHOS E ORDENS DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ESTADO DO PARANÁ, entidade sindical de Primeiro Grau, estabelecida na Rua Alferes Poli, 311 – Bloco B conjunto 2, CEP 80230-090 nesta Cidade, de um lado, por seu Presidente ANTONIO MARSENGO, assistido pela Advogada IZAURA DIAS DE OLIVEIRA, e, de outro lado, o CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA - 9ª REGIÃO – CRQ-IX, Autarquia Federal Especial. Estabelecida na Rua Monsenhor Celso, 225 – 5°, 6° e 10 andares, CEP 80.010-150, nesta cidade, por seu Presidente Prof. Dr. DILERMANDO BRITO FILHO, celebram TERMO ADITIVO AO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, firmado para viger de 01/04/2009 a 31/03/2010, estipulando que a cláusula 8, que dele faz parte, passa a ter a seguinte redação, mantendo-se todas as demais condiçõões ali contidas:

CLÁUSULA 1ª:

DO OBEJTO

O objeto do presente Termo Aditivo é a alteração da Cláusula 8ª do Acordo Coletivo de Trabalho 2009/2010, que passará a ter a seguinte redação:

"CLAÚSULA 8ª:"

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

Será concedido, a todos os integrantes da categoria profissional independente da jornada de trabalho cumprida, Auxílio Alimentação, no valor de R\$ 19,00(dezenove reais) vezes 22(vinte e dois) dias por mês. O valor a que se refere a ajuda de custo alimentação será pago por meio de vale alimentação e/ou vale refeição.

PARÁGRFO PRIMEIRO: Esta verba será concedida no período de férias.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As verbas terão caráter indenizatório, não caracterizando parcela salarial para qualquer efeito.

PARAGRAFO TERCEIRO: Esta Concessão será a partir de Janeiro/2010.

CLÁUSULA 2ª

MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLAÚSULAS

AS DEMAIS CLÁUSULAS do Acordo Coletivo de Trabalho Vigente permanecem inalteradas.

Curitiba, 08 de dezembro de 2009.

CONS. REG. DE QUÍMICA 9ª REGIÃO

SINDIFISC- PARANÁ

DILERMANDO BRITO FILHO

Presidente

ANTONIO MARSENGO

Presidente

TERMO ADITIVO A ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2009/2010

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PR003583/2009

DATA DE REGISTRO NO MTE:

30/12/2009

NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:

MR061343/2009

NÚMERO DO PROCESSO:

46212.017335/2009-19

DATA DO PROTOCOLO:

16/12/2009

NÚMERO DO PROCESSO DO ACORDO COLETIVO PRINCIPAL: 46212.004214/2009-15

DATA DE REGISTRO DO ACORDO COLETIVO PRINCIPAL:

01/04/2009

Confira a autenticidade no endereço http://www.mte.gov.br/mediador.

SINDICATO DOS EMPREGADOS DOS CONSELHOS E ORDENS DE FISCALIZACAO DO EXERCICIO PROFISSIONAL DO ESTADO DO PARANA, CNPJ n. 81.914.368/0001-67, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ANTONIO MARSENGO;

E

CONSELHO REGIONAL DE QUIMICA DA 9A REGIAO, CNPJ n. 76.471.358/0001-64, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). DILERMANDO BRITO FILHO;

celebram o presente TERMO ADITIVO A ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Termo Aditivo a Acordo Coletivo de Trabalho no período de 1º de abril de 2009 a 31 de março de 2010 e a data-base da categoria em 1º de abril.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Termo Aditivo a Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) dos Empregados do Conselho Regional de Química da IX Região, com abrangência territorial em PR.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - VALE-REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO

Será concedido a todos os integrantes da categoria profissional, independente da jornada de trabalho cumprida, Auxílio Alimentação, no valor de R\$ 19,00 (dezenove reais), por dia trabalhado, ressalvado o número de 22(vinte dois) dias por mês. O valor a que se refere a ajuda de custo alimentação será pago por meio de vale alimentação e/ou vale refeição.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Esta verba será concedida no periodo das férias.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As verbas terão caráter indenizatório, não caracterizando parcela salarial para qualquer efeito.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Esta concessão será a partir de janeiro/2010.

DISPOSIÇÕES GERAIS

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA QUARTA - MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho Vigente parmanecem inalteradas.

ANTONIO MARSENGO
PRESIDENTE
SINDICATO DOS EMPREGADOS DOS CONSELHOS E ORDENS DE FISCALIZACAO DO EXERCICIO
PROFISSIONAL DO ESTADO DO PARANA

DILERMANDO BRITO FILHO
PRESIDENTE
CONSELHO REGIONAL DE QUIMICA DA 9A REGIAO